

RECURSO ESPECIAL Nº 1.675.135 - PB (2017/0126686-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : LUAN PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NÓBREGA -
PB011642

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Fazenda Nacional**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 225):

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA. PORTARIA Nº 98/2013 DA DIRETORA GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. AUSÊNCIA DE FATO GERADOR. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA. PRECEDENTES DO COLENDO STF.

1. *A sentença julgou parcialmente procedente pedido para determinar a suspensão da cobrança da taxa cobrada pela 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal da Paraíba, afastando exclusivamente sua cobrança como óbice para a atuação da Polícia Rodoviária Federal durante a realização do evento "FEST VERÃO PARAÍBA", ocorrido nos dias 05, 12 e 19 de janeiro de 2014.*

2. *Cinge-se a lide na legalidade e na constitucionalidade da cobrança da taxa imposta pela Portaria nº 98/2013 da Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal.*

3. *Inexistência de lei em sentido estrito a embasar a cobrança da aludida taxa, de acordo com o art. 150, I, da CF/88. A referida Portaria menciona os arts. 20, 67 e 95, § 1º, do CTB, os quais prevêm, respectivamente, as competências da PRF, a possibilidade de cobrança de custos operacionais no caso de provas ou competições desportivas em via aberta à circulação (o que não é o caso dos autos) e a obrigação do responsável pela execução do evento pela sinalização da via. Não sendo possível, pois, a fixação de taxa por ato infralegal, tem-se por inconstitucional a cobrança da citada taxa.*

4. *Mesmo que houvesse amparo legal, por meio de norma que transcrevesse exatamente os termos da portaria, ainda assim estaria inviabilizada a cobrança da exação, diante da inocorrência de fato gerador a autorizar a cobrança de taxas (art. 145, II, da CF/88).*

5. *"Impossibilidade de cobrança de taxa de segurança pública de eventos abertos ao público, ainda que tal serviço seja solicitado por particular para a sua segurança ou para a de*

terceiros. Visto que incumbe ao Estado prestá-la a toda a população, essa atividade somente pode ser sustentada por imposto. Precedentes" (STF, AgR no RE nº 269387, Relª Minª Ellen Gracie, DJe 02/08/2011).

6. *"É inconstitucional a taxa que tenha por fato gerador a prestação de serviço de segurança pública, ainda que requisitada por particular. Serviço Público indivisível e não específico. Agravo regimental improvido. Precedentes. Dado seu caráter uti universi, o serviço de segurança pública não é passível de ser remunerado mediante taxa, atividade que só pode ser sustentada pelos impostos" (STF, AgR no RE nº 536639, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe 29/08/2012).*

7. *Apelação não-provida.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 262/264).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação aos arts. 1022, II, do CPC/2015; 67, IV, 95, § 1º, da Lei 9.503/97. Sustenta, em síntese, que: (I) o acórdão recorrido omitiu-se em relação às questões apontadas nos embargos declaratórios; (II) *"existem normas legais possibilitando a cobrança de valores correspondentes aos custos operacionais encetados pela PRF na atuação em eventos privados"* (fl. 274); *"tal possibilidade de cobrança das quantias despendidas pela PRF se materializou através da edição da Portaria nº 98, de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre a solicitação e necessidade de atuação e reforço de policiamento por parte da Polícia Rodoviária Federal"* (fl. 274); e que *"o simples fato de determinada quantia ser recolhida aos cofres públicos através de GRU - Guia de Recolhimento da União não lhe confere natureza tributária, uma vez que tal instrumento (GRU) é utilizado para diversas espécies de recolhimento que não se revestem da condição de tributo"* (fl.275).

Recurso extraordinário interposto às fls. 278/289.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O recurso especial não comporta trânsito.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Com efeito, destaca-se que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia sob os seguintes fundamentos (fl. 224):

Conforme os fatos narrados e a documentação constante nos autos, restou evidente que:

- a) a lide consubstancia na legalidade e constitucionalidade da cobrança da taxa imposta pela Portaria nº 98/2013 da Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal;*
- b) inexistente lei em sentido estrito a embasar a cobrança da aludida taxa, de acordo com o art. 150, I, da CF/88. A referida Portaria menciona os arts. 20, 67 e 95, § 1º, do CTB, os quais prevêm, respectivamente, as competências da PRF, a possibilidade de cobrança de custos operacionais no caso de provas ou competições desportivas em via aberta à circulação (o que não é o caso dos autos) e a obrigação do responsável pela execução do evento pela sinalização da via. Não sendo possível, pois, a fixação de taxa por ato infralegal, tem-se inconstitucional a cobrança da citada taxa;*
- c) mesmo que houvesse amparo legal, por meio de norma que transcrevesse exatamente os termos da portaria, ainda assim estaria inviabilizada a cobrança da taxa, diante da inocorrência de fato gerador a autorizar a cobrança de taxas (art. 145, II, da CF/88);*
- d) sendo direito de todos e dever do Estado, a segurança pública é serviço público que se caracteriza pela generalidade e pela indivisibilidade, e não se desveste dessas características mesmo quando, como no caso, prestado a partir de provocação de maior interesse de determinado grupo particular;*
- e) tal serviço se estende a toda a coletividade, a fim de preservar também a incolumidade, o patrimônio e mesmo a vida das pessoas que transitam pela rodovia ou que estejam a circular pelas cercanias;*
- f) o serviço de segurança pública das rodovias federais, de acordo com o art. 144, § 2º, da Carta Magna, o qual constitui a razão maior do policiamento ostensivo, de nítido caráter preventivo, a demandar, inclusive, aparato especial, ainda que reforçado, somente pode ser custeado por impostos, não por taxa.*

Nesse contexto, em havendo o Tribunal de origem decidido a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, verifica-se que tal matéria é insuscetível de ser examinada em recurso especial. Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. LEI Nº 12.546/2001.

**ACÓRDÃO RECORRIDO AMPARADO EM FUNDAMENTOS
EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAIS.
IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELO STJ.**

1. Não ocorreu ofensa ao artigo 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. O Tribunal de origem adotou o entendimento de que a Lei nº 12.546/2001, que teria promovido a substituição da tributação sobre a folha de salários por nova contribuição sobre receita bruta das empresas, com o intuito de desonerar a folha de salários de determinados setores da economia, seria constitucional. Assim, evidenciado que a matéria em debate tem contornos eminentemente constitucionais, não é possível o exame da questão por esta Corte Superior, sob pena de usurpação da competência do STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.490.048/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 09/03/2016).

Quanto ao mais, nas razões do recurso especial, a despeito de apontar os arts. 67, IV, 95, § 1º, da Lei 9.503/97 como violados, a parte recorrente fundamenta suas razões na letra do art. 8º da Portaria nº 98/2013 da Diretoria Geral da Polícia Rodoviária Federal.

Nesse panorama, ressaí nítido que o apelo raro, nos moldes em que apresentado, não ultrapassa a barreira de admissibilidade recursal. Isso porque a eventual violação da lei federal, no caso, seria reflexa, uma vez que para o deslinde da controvérsia é imprescindível a interpretação do art. 8º da Portaria nº 98/2013 da Diretoria Geral da Polícia Rodoviária Federal, providência vedada no âmbito do recurso especial, uma vez que tal regramento não se subsume ao conceito de lei federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REGIME ESPECIAL DE CRÉDITO PRESUMIDO DE PIS E COFINS. ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284/STF. EFEITOS RETROATIVOS DA ADE DE EXCLUSÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 3º E 5º DA LEI 10.147/00. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS 464/04 E 247/02, QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DESCABIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

1. É deficiente a fundamentação do Recurso Especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissso, contraditório ou obscuro. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. A eventual violação da lei federal, no caso, é reflexa, uma vez que para o deslinde da controvérsia seria imprescindível a interpretação das Instruções Normativas 464/04 e 247/02 da RFB, providência vedada em Recurso Especial, visto que tais regramentos não se subsumem ao conceito de lei federal.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.488.535/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/4/2015, DJe 21/5/2015)

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator